

	Ação Educativa Documentação
Código:	Abr Jov
Data: 09/02/98	

Jovens e cidadania: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo

Helena Wendel Abramo
Departamento de Sociologia da FFLCH -USP
Ação Educativa

Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia -
ALAS
Grupo de Trabalho nº 20 - Juventude: temas e perspectivas
São Paulo, Brasil
1 a 4 de setembro de 1997

Jovens e cidadania: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo

Helena Wendel Abramo

I - Introdução

As percepções e proposições acerca da juventude têm sofrido mudanças, no Brasil, no decorrer dos últimos anos: de uma relativa invisibilidade e indiferença que vigoraram nos anos 80, assistimos a um quadro de crescimento da atenção e formulação de ação em direção aos jovens, embora permaneça uma dificuldade generalizada de percebê-los e tratá-los como sujeitos significativos nos processos sociais e políticos em curso no país.

Até os anos 70 o universo juvenil no Brasil era constituído fundamentalmente por figuras pertencentes aos estratos médios urbanos escolarizados: jovens estudantes do ensino secundário e universitário, presentes no cenário público através dos movimentos e entidades estudantis - que tiveram papel importante nas lutas e processos políticos de democratização e modernização da sociedade brasileira, acentuado durante a luta contra a ditadura militar - e dos movimentos culturais, que instauravam mudanças de comportamento também num sentido modernizador e anti-autoritário.

Esses eram os atores juvenis em cena, com os quais diversos outros atores estabeleciam formas de interlocução, convocados a opinar a respeito de assuntos de interesse público, e a participar de acontecimentos políticos e de negociação e estratégias de ação inter-setorial.

A partir da década de 80, o enfraquecimento da presença e capacidade de representação do movimento estudantil assim como dos movimentos contra-culturais e alternativos, dão lugar a uma impressão generalizada (nos meios políticos, acadêmicos e culturais) de que os jovens tinham perdido sua "vocação natural" para a atuação social e política e se abandonavam à apatia e à preocupação exclusiva consigo próprios e sua vida privada.

As figuras juvenis que passaram a ocupar a atenção da opinião pública foram, de um lado, os jovens imersos na marginalidade, vivendo nas ruas ou em contato com a criminalidade, envolvidos em situações de abandono e delinquência de diversos tipos (mendicância, assaltos, prostituição, consumo e tráfico de drogas etc.); e, de outro, os jovens consumidores, “consumistas”, vinculados a modas e aos inúmeros meios de diversão, associados aos meios de comunicação de massa e à indústria cultural, que cresceram imensamente naquela década. A caracterização corrente era a de que a juventude se encontrava confinada, pelas estruturas polarizadas da sociedade, às preocupações individuais, entre a sobrevivência, o pragmatismo, a violência e o hedonismo, e incapaz de reagir de forma crítica e significativa a essas estruturas econômico-sociais e a essas tendências contemporâneas da sociabilidade.

Nos anos 90, essa polaridade do aparecimento juvenil permanece, mas já não é mais a apatia que é ressaltada na caracterização da juventude. Hoje, tanto na imprensa como no debate acadêmico e em algumas esferas políticas, se faz o reconhecimento da existência de grupos juvenis de variados tipos (de gangues e galeras a tribos e movimentos culturais), articulados em torno de ações coletivas de distintos significados, relacionados ao lazer, à cultura, à expressão de identidades étnicas e territoriais, ao desafio das normas e da ordem, ou mesmo em torno de atos ilícitos de variados tipos.

No entanto, todas essas manifestações de ações coletivas juvenis ocorrem fora do âmbito da política propriamente dita e não têm sido suficientes para superar a impressão de que o universo juvenil está fundamentalmente marcado pelos traços do individualismo, da violência e da fragmentação. Essa impressão se acentua quando muitas das ações desenvolvidas por esses grupos são relatadas, na mídia, pelo registro das modas e do consumo de diversão, ou ao lado de ações de violência e delinquência e de diversos tipos de atitudes de desregramento e desvio - como os arrastões, a drogadição, o envolvimento com o narcotráfico, o surf ferroviário, atos de vandalismo. A presença de ações coletivas juvenis, assim, passa a ser notada, mas ainda fortemente associada aos mesmos pólos que caracterizam a atual geração juvenil como incapaz de uma participação num registro solidário e /ou democrático: a violência e/ou o hedonismo.

Ou seja, seu aparecimento continua sendo percebido como à margem da constituição de um espaço público ou, o que é mais comum, como desestabilizador ou

provocador de ruído nessas mesmas esferas. Dessa forma, não alcançam ser considerados como atores com quem se possa estabelecer qualquer tipo de relação de interlocução nos processos de debate e negociação de interesses públicos. São, antes, vistos como “problemas sociais”, sinais de ameaça à própria invenção de um espaço público democrático.

Desqualificados como interlocutores, são, por outro lado - crescentemente, aliás - tomados como alvo de intervenções formuladas por diferentes atores sociais, entre órgãos estatais, ongs, movimentos sociais e uma série de instituições de assistência social. Essas ações são fundamentadas na constatação de que os jovens são vítimas do crescente processo de exclusão que marca a sociedade brasileira, que os condena a uma série de situações de privação e descumprimento de direitos, consolidando verdadeiras “situações de risco” para si próprios e para a sociedade; e, portanto, devem ser alvos de ações que visem a diminuição das desvantagens a que estão submetidos. A premissa geral é de que a diminuição dessas desvantagens deve ser buscada através do oferecimento de alternativas de socialização que corrijam as falhas ocorridas na forma como esta tem se processado no caso desses jovens (aqui representadas por múltiplos fatores, desde a dissolução e pobreza da família, à presença do “mundo do crime” no seio das comunidades pobres, e às falências no sistema educativo), que os levam a desenvolver problemas no seu processo de integração à sociedade.

Esse registro da privação (ou da “exclusão”), aliado ao da ausência de participação, marca o modo como os jovens têm sido tematizados no universo da ação política no Brasil. Não mais como atores sociais, mas como objetos de intervenção e salvamento. O que confere uma imensa ambigüidade ao seu lugar social na política atual: presentes como símbolo e alegoria nos discursos sobre cidadania, e praticamente ausentes dos espaços de negociação e redefinição dos direitos e das regras da convivência pública.

II - A tematização da juventude nos anos 90 no Brasil

O crescimento da atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil se faz tanto por parte da “opinião pública” (notadamente os meios de comunicação de massa)

como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não governamentais, que prestam serviços sociais.

Entre os meios de comunicação de massa, da televisão à grande imprensa, passando pelas rádios, revistas etc. - assistimos a uma avalanche de produtos especialmente dirigidos ao público adolescente e juvenil (os cadernos *teen* nos grandes jornais, programas de auditório na televisão, programas só de *rock* ou de *rap* nas rádios e canais de televisão, revistas de comportamento, moda e aconselhamento etc.), mas também ao crescimento de noticiário a respeito de jovens. De forma geral, e a grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação: no caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas.

Na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de doutorado - no entanto, a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação.

Com relação às políticas públicas, é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal¹. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de

¹ - Quando falamos de juventude, neste artigo, estamos nos referindo ao momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a fase propriamente juvenil.

instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a CEPAL, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica e de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento.

Somente recente e lentamente pode-se observar, no Brasil, a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens: algumas prefeituras e governos estaduais tem ensaiado a formulação de políticas específicas para esse segmento da população, envolvendo programas de formação profissional e de oferecimento de serviços especiais de saúde, cultura e lazer; nota-se também uma movimentação no plano federal para focar a questão: foi criada, pela primeira vez, no Brasil, uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação, e há dois programas do Comunidade Solidária destinados a jovens: o Universidade Solidária e um concurso de estímulo e financiamento a programas de capacitação profissional de jovens.

Há mais tempo e em número bem maior que as ações governamentais, tem crescido o número de projetos e programas destinados a jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ongs, associações beneficentes, instituições de assistência etc.). A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família com baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (os “meninos de rua”), adolescentes submetidos à variados tipos de exploração, como a sexual, aqueles envolvidos com o consumo de drogas, ou em condutas que põem em perigo sua saúde ou a vida, e ainda aqueles próximos ou envolvidos com a criminalidade (com destaque para o narcotráfico) etc.

Numa primeira visão panorâmica, pode-se verificar que a maior parte dos programas desenvolvidos por estas instituições dividem-se em dois grandes blocos, todos

eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes em desvantagem: programas de ressocialização (através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pela seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

Toda essa atividade, gerada por uma sensação de urgência frente a situações de desamparo e desregramento, tem permanecido, na maior parte dos casos, num registro muito imediatista e desarticulado, gerando problemas de descontinuidade e fragmentação de esforços. Além disso, com pouca capacidade de gerar uma compreensão mais ampla e aprofundada, por parte desses agentes sociais, a respeito do público alvo, de suas características, suas questões e modos de experimentar e interpretar essas situações “problemáticas”. Por exemplo, em contraste com a elaboração de informação, conceituação, pedagogias e metodologias específicas para lidar com a infância, que se começa a produzir no Brasil, em consequência de toda a movimentação em torno da defesa das crianças, quase não se encontram subsídios mínimos para um tratamento singularizados dos adolescentes, muito menos dos jovens. É quase como se, apesar de ter crescido o número de ações e programas destinados a adolescentes e jovens, eles continuassem apenas desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que esta falta de instrumentos e “jeito” se deve ao fato de que a “adolescência é mesmo uma fase difícil” de se lidar. É necessário assinalar que há exceções, por exemplo, aqueles projetos

que se baseiam na idéia de *protagonismo juvenil* (ou seja, que buscam desenvolver atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos educativos que com eles se desenvolvem)²; mas a grande maioria dos projetos se limita ao enquadramento anterior.

Num outro plano, tem sido constante, embora não possamos dizer consistente, a preocupação de diferentes atores políticos com a juventude (partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, alguns movimentos sociais). No entanto, trata-se mais de uma preocupação com a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles. Essa ausência diz respeito tanto à inexistência ou fraqueza de atores juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades estudantis e as juventudes partidárias), como à baixa adesão aos organismos e movimentos políticos. A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos”.

É curioso notar que, apesar da juventude estudantil ter tido, durante todo o período dito “de modernização” do país (dos anos 30 aos 70), destacada presença em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, houve sempre certa ressalva com relação à eficácia de suas ações: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; para alguns setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconseqüente. No entanto, a partir dos anos 80, o enfraquecimento desses atores estudantis levou a fazer notar, e lamentar, o desaparecimento da juventude da cena política, erigindo aquelas formas de atuação antes suspeitas a modelos ideais de atuação, frente aos quais todas as outras

² - A maior parte dos programas que lidam com essa perspectiva têm se desenvolvido nas áreas da saúde (principalmente sexualidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis) e da cultura.

manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política. Mesmo sua participação nas movimentações de rua pelo *impeachment* de Collor, em 1992, foram largamente minoradas por serem “espontaneistas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização.

Por outro lado, os grupos juvenis que atuam na esfera do comportamento e da cultura, salvo raras exceções (entre eles assume destaque o movimento negro), não têm sido considerados como possíveis interlocutores pelos atores políticos, seja por se apresentarem como muito difusos e com baixo grau de formalização, seja por levantarem questões não consideradas pertinentes para as agendas políticas em pauta. Os partidos, principalmente os de esquerda, colam-se então, exclusivamente e de um modo sufocante, às entidades estudantis, mas sem conseguir apostar, ao mesmo tempo, em sua capacidade de representação e mobilização.

Pode-se dizer que a preocupação dos atores políticos, então, não sai desse plano da preocupação, não resultando na tentativa de realizar um entendimento mais aprofundado deste setor, nem na formulação de ações a eles dirigidas. Resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia.

É possível notar uma imensa dificuldade de enxergar as expressões e atuações dos jovens como sendo portadoras de reivindicações e interesses significativos; em geral, suas manifestações têm sido vistas como sintomas de problemas colocados para além deles mesmos onde, então sim, se podem encontrar os sujeitos que devem ser interpelados. E, de forma geral, esses sintomas, nos últimos anos, têm denotado situações problemáticas, que envolvem idéias de risco, desvio, vitimização ou alienação. E a questão passa a ser salvar ou resgatar o jovem dessa situação.

*

Uma análise mais detalhada dessas recentes interpretações e ações destinadas aos jovens ainda está para ser feita ³. Contudo, uma questão, desde já, pode ser levantada: parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da

³ - Isto faz parte do projeto que busco desenvolver como tese de doutorado, no Depto. de Sociologia da FFLCH da USP.

sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a enunciação e solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Isso pode ser percebido pela discussão que se faz atualmente a respeito da questão da “cidadania”, tal como este termo tem assumido papel de destaque na conjuntura brasileira: relativamente à questão dos direitos e da participação de diferentes sujeitos sociais. No entanto, toda vez que se relaciona a questão da juventude à da cidadania, seja pelos atores políticos seja pelas instituições que formulam ações para jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionando esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da exclusão, da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo por que, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca - ou quase nunca - como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos.

Essa dificuldade está ligada a fatores específicos relativos à formulação dos direitos na sociedade brasileira (por exemplo, como a idéia de dádiva e favor sobrepuja a de direito⁴) e ao modo como as diferenças sociais (sejam étnicas, culturais, de gênero ou geracionais) têm conseguido se transformar em alteridades políticas⁵, assim como ao modo como se processam a constituição de espaços de conflito e negociação política na sociedade brasileira. Mas, paralelamente a essa dimensão, tal dificuldade está ligada, de

⁴ - Salles, Teresa

⁵ - Telles1996.

uma maneira mais geral, ao modo como a juventude tem sido tematizada na sociedade ocidental contemporânea. É essa a questão que me interessa desenvolver, a seguir, de um modo ainda apenas sugestivo e sob a forma de anotação de idéias: a tematização da juventude pelo “senso comum”, a partir de noções construídas com a colaboração do pensamento acadêmico, retrabalhadas e difundidas pelos meios de comunicação, por atores políticos, agentes culturais e trabalhadores sociais.

III - A juventude como signo do futuro: problemas, medos e esperanças

De um modo geral, pode-se dizer que a “juventude” tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.

A tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social (ameaça para si própria ou para a sociedade). Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social - por problemas localizados no próprio jovem ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social -, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produzem transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural.

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: a juventude como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da

preparação para a assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo conseqüências para ele próprio e para a manutenção da coesão social.

É nesse sentido que a ênfase da sociologia funcionalista e quase que de toda sociologia preocupada com o tema da juventude recai sobre o processo de socialização vivido pelos jovens e sobre as possíveis disfunções encontradas nessa trajetória. Como a juventude é pensada como um momento de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas e as disfunções nesses processos que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo - do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela. É nesse sentido também que na maior parte das vezes a problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa os medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais.⁶

* . * . *

De um modo ligeiro e quase caricatural, podemos retomar o modo como a juventude veio sendo tematizada durante a segunda metade desse século, para verificar como acabou sendo sempre depositária de um certo medo⁷, categoria social frente à qual

⁶ - Essa idéia de “pânico moral” foi desenvolvida por Cohen, A., e retomada por Hall & Jefferson, 1978 e por Bessant, 1993/94

⁷ - A esse respeito, ver Bessant, 1993/94.

se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio.

Nos anos 50, o problema social da juventude era a predisposição generalizada para a transgressão e a delinquência, quase que inerente à condição juvenil, corporificados na figura dos “rebeldes sem causa”. De certa forma, é nesse momento que assume uma dimensão social a noção que vinha sendo cunhada desde o fim do século passado a respeito da adolescência como uma fase da vida turbulenta e difícil, inerentemente perturbadora; como um momento em si patológico, demandando cuidados e atenção concentrados de adultos para “pastorear” os jovens para um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade.

Nos anos 50, quando os atos de “delinquência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” (os marginalizados, os imigrantes nas grandes metrópoles, as “classes perigosas” - como foram objeto de atenção na passagem do século por criminologista como Pestalozzi⁸) e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária. O problema passa a ser o fato de que jovens que teriam “condições objetivas” de ajuste ao mundo adulto manifestarem dificuldades nesse sentido, gerando angústias quanto ao próprio modelo de integração existente na sociedade. A interpretação baseada na explicação da “fase inerentemente difícil” leva a localizar o problema na adolescência enquanto tal, e na formação de culturas juvenis como antagônicas à sociedade adulta, resultando no conhecido processo de “demonização” do *rock'n'roll*, por ex., e na busca de soluções através da prescrição de uma série de medidas educativas e de controle para assegurar a contenção dessa delinquência. Mais tarde, esse pânico cedeu lugar a um entendimento da “normalidade” do desconforto e agitação adolescentes, da circunscrição do significado das culturas juvenis como espaços de socialização diferenciados e da funcionalidade desse comportamento momentaneamente desviante como parte do processo de integração à sociedade adulta⁹. Em algumas interpretações, até como fonte de inovação e

⁸ - Flitner, 1968.

⁹ - A sociologia funcionalista norte-americana produziu intensamente estudos e debates a respeito das ações coletivas da juventude, num arco amplo de interpretações, tanto no enfoque da anomia como no da inovação e ajuste. Ver, entre outros, Coleman, 1961; Parsons, 1942; Eisenstadt, 1976;

revigoramento sociais. O consolo se produz a partir da conclusão de que a maior parte dos jovens, se bem conduzidos, acaba, depois de alguns percalços, integrando-se de forma sadia e normal à sociedade; o problema volta a ficar circunscrito, assim, à delimitação dos grupos ou setores juvenis estruturalmente anômalos, para os quais se destinam medidas específicas de controle e “ressocialização”.

Nos anos 60 e parte dos anos 70, o problema apareceu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica à ordem estabelecida e pelo desencadear de atos concretos em busca de transformação - movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos pacifistas, as proposições da contracultura, o movimento *hippie*.

A juventude apareceu como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda: e para a maior parte da sociedade, portanto, condensava o pânico da revolução. O medo aqui era duplo: por um lado, o da reversão do “sistema”; por outro, o medo de que, não conseguindo mudar o sistema, os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade, por sua própria recusa (os jovens que entram na clandestinidade, por um lado; por outros, os jovens que se recusam a assumir um emprego formal, que vivem em comunidades à parte, com formas familiares e de sobrevivência alternativas etc) - não mais como uma fase passageira de dificuldades, mas como uma recusa permanente de se adaptar, de se “enquadrar”.

No Brasil, é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento - sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo, etc. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc) como por suas idéias e ações políticas.

Por outro lado, para alguns setores descontentes com o sistema (como para pessoas de esquerda e promotores da “contra-cultura”), esses movimentos juvenis condensaram o oposto, a esperança de transformação¹⁰. No entanto, mesmo para esse setores, os jovens apareciam mais como uma fonte de energia utópica do que propriamente alguém capaz de levar a cabo efetivamente tal transformação; e muitos setores políticos de oposição à ordem (como os partidos comunistas e organizações sindicais tradicionais) interpretavam tais manifestações juvenis como ações pequeno-burguesas inconseqüentes quando não ameaçadoras de um processo mais sério e eficaz de negociações para transformações graduais; nesse caso, o medo era o de que as ações juvenis atrapalhassem a possibilidade efetiva de transformação.

Foi somente depois, quando tais movimentos juvenis já haviam entrado num refluxo, que a imagem dessa juventude dos anos 60 foi reelaborada e assimilada de uma forma positiva, generalizando a ótica da minoria que neles depositava diferentes tipos de esperança: a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social. Essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária.¹¹

É em contraste com essa imagem que a juventude dos anos 80 vai aparecer como patológica porque oposta à da geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática; uma geração que recusa-se a assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social. O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude

¹⁰ - Vários pensadores das ciências sociais valorizaram o papel transformador dos jovens, buscando explicar porque essa categoria assumia, naquele momento, tal posição protagônica. A noção de geração aqui emerge como central, recuperando pista lançada por Mannheim. Ver, entre outros autores, Foucault, 1970; Roszak, 1972; Marcuse, 1970; Ianni, 1968; Foracchi, 1972.

¹¹ - Abramo, 1994.

aparece aqui como depositária de um certo medo relativo ao “fim da História”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança.

Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não é mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, a desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo). De certa forma há uma retomada de elementos característicos dos anos 50, na concentração da atenção nos problemas de comportamento que levam a situações de desvio no processo de integração social dos adolescentes (drogas, violência, envolvimento com a criminalidade e comportamentos anti-sociais). Fruto de uma situação anômala, da falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma “dissolução do social”. O pânico, aqui, se estrutura em torno da própria possibilidade de uma coesão social qualquer.

Como vítimas ou como promotores da cisão e da dissolução social, os jovens se tornam depositários desse medo, dessa angústia, o que os faz aparecer, mesmo para aqueles que os defendem, e que desejam uma transformação social, como a encarnação das impossibilidades de construção de parâmetros éticos, de parâmetros de equidade, de superação das injustiças, de formulação de ideais, de diálogo democrático, de revigoração das instituições políticas, de construção de projetos que transcendam o mero pragmatismo, de transformação utópica. Ou seja, como encarnação de todos os dilemas e dificuldades com que a sociedade ela mesma tem se enfrentado. E nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação.

No plano político da sociedade brasileira atual, há uma tendência de definir os jovens mais como objeto de proteção e formação para uma cidadania prospectiva do que como sujeitos de demandas, como interlocutores ou parceiros, como sujeitos capazes de expressar a singularidade de sua experiência e definir assim os direitos capazes de transformar essa experiência (Telles, Vera da Silva, 1997).

Nesse sentido, os jovens aparecem não como interlocutores num campo de conflitos e negociações, incluindo suas demandas e os significados por eles elaborados a respeito dos direitos em disputa, mas como campos de disputa eles mesmos, entre os diferentes atores políticos, pelo conteúdo da cidadania que se quer conformar através dos projetos de socialização (e formação e conscientização) dos jovens.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. 1994. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. ANPOCS/Scritta, São Paulo, 1994.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa e Valladares, Licia do Prado. 1988. "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura", *BIB* (Boletim Informativo Bibliográfico) nº 26, 2º semestre de 1988.

ARIÈS, Phillipe. 1981. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

BESSANT, Judith. 1993/94. Contesting models of youth policy. *Youth & Policy*. Nº 43, 1993/94

BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

CEBRAP, 1996. *Novas faces da cidadania: identidades políticas e estratégias culturais*. Cadernos de Pesquisa 4, junho de 1996.

COHEN, A K. 1968. "A delinqüência como subcultura" in *Sociologia da juventude*, vol III. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

COLEMAN, James S. 1961. *The adolescent society*. Nova York, The Free Press of Glencoe, 1961.

EISENSTADT, S. N. 1976. *De geração a geração*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

FLITNER, Andreas. 1968. "Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude". in *Sociologia da juventude*, vol I. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

FORACCHI, Marialice Mencarini. 1972. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1976.

GOTTLIEB e REEVES, J. 1968. "A questão das subculturas juvenis". in *Sociologia da juventude*, vol II. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

HALL, Stuart & JEFFERSON, Tony. 1976. *Resistance through rituals*. London, Hutchinson and Co, CCCS, University of Birmingham, 1976.

IANNI, Octávio. 1968. "O jovem radical". in *Sociologia da juventude*, vol I. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

LAPASSADE, Georges. 1968. "Os rebeldes sem causa". in *Sociologia da juventude*, vol III. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

- MANNHEIM, Karl. 1982. "O problema sociológico das gerações" in FORACCHI, M. *Mannheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1982.
- MANNHEIM, Karl. 1968. "O problema da juventude na sociedade moderna". in *Sociologia da juventude*, vol I. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MARCUSE, Herbert. 1981. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MARTINS, Luciano. 1979. "A geração AI- 5: um ensaio sobre o autoritarismo e alienação". *Ensaio de Opinião*, vol II, 1979.
- MATZA, David. 1968. "As tradições ocultas da juventude". in *Sociologia da juventude*, vol III. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MELUCCI, Alberto. 1997. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. Revista da ANPED (no prelo).
- MOERCH, Sven. 1996. "Sobre el desarrollo y los problemas de la juventud: el surgimiento de la juventud como concepción sociohistórica". *JOVENes*, México, Cuarta Epoca ano 1, nº 1, julio-septiembre 1996, pp. 78-106.
- MORIN, Edgar. 1987. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- MUÇOUÇAH, Paulo Sérgio. 1995. "As ONGs: dos bastidores ao centro do palco". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, ANPOCS, junho de 1995.
- PARSONS, Talcot. 1942. "Age and sex in the social structure of the United States", *American Sociological Review*, vol 7, 1942.
- RODRIGUEZ, E. e DABEZIES, B. - *Primer informe sobre la juventud de America Latina*. Quito, Conferencia Iberoamericana de Juventud, 1990.
- ROSZAK, Theodore. 1972. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- SANTOS, Boaventura de Souza. 1997 a. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. (3ª edição).
- SANTOS, Boaventura de Souza. 1997 b. "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". *Lua Nova*, nº 39, 1997. São Paulo: CEDEC, 1997.
- STAFSENG, Ola. 1994. "A critique of slippery theories on postmodernity and youth". *Udkast*, nr 2, 22 arg, Dansk Psykologisk Forlag, 1994.

TELLES, Vera da Silva - As novas faces da cidadania. Introdução ao Cadernos de Pesquisa do CEBRAP nº 4 - *Novas faces da cidadania: identidades políticas e estratégias culturais*. São Paulo, CEBRAP, julho de 1996.

TOMMASI, Livia De. *Em busca da identidade: as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação*. 1996. Tese (Doutorado em sociologia). Universidade de Paris I, 1996.